

A Venezuela na geopolítica do petróleo norte-americana: uma análise à luz das novas realidades do mercado internacional de petróleo

Venezuela in the US geopolitics of oil: an analysis in the light of the new realities of the international oil market

WILLIAM CLAVIJO VITTO | william.clavijo1990@gmail.com

Doutorando em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPED/UFRJ)

EDMAR FAGUNDES DE ALMEIDA | edmar@ie.ufrj.br

Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

Recebimento do artigo Janeiro de 2020 | **Aceite** Abril de 2020

Resumo O presente artigo analisa a inserção da Venezuela na geopolítica petroleira norte-americana à luz das novas realidades do mercado petrolífero internacional. Para isso, discute-se a importância do petróleo na geopolítica dos Estados Unidos do ponto de vista da segurança energética, e, considerando uma visão mais abrangente da segurança nacional. Com base nessa discussão é analisada a relevância das reservas de petróleo venezuelano na agenda norte-americana. Entre os resultados, o artigo mostra que as transformações da estrutura de oferta do mercado internacional de petróleo experimentadas durante a última década, permitiram aos Estados Unidos alcançar maiores níveis de independência das importações de petróleo de outros países produtores. Essa nova realidade mudou profundamente o tipo de interesse desse país sobre o petróleo venezuelano para uma questão mais abrangente que envolve assuntos sensíveis da agenda de segurança nacional norte-americana. **Palavras-Chave** Geopolítica; Venezuela; Estados Unidos.

Abstract The article analyzes the importance of Venezuela in the US geopolitics of oil considering the new oil landscape. To this end, the importance of oil in the geopolitics of the United States is discussed from the perspective of energy security as well as considering a broader view of national security. Based on this discussion, the relevance of Venezuelan oil reserves on US geopolitical agenda is analyzed. Among the results, the article shows that the transformations in the supply structure of the international oil market during the last decade have allowed the United States to achieve greater levels of independence from oil imports from other producing countries. This new reality has profoundly changed the US interest in Venezuelan oil to a broader subject that involves sensitive issues of its national security agenda. **Keywords** Oil; Geopolitics; Venezuela; United States.

1. Introdução

Desde janeiro de 2019, o acirramento da situação política na Venezuela revelou a complexidade de uma crise cujo escopo transcende o espaço nacional. Após a reeleição do Nicolas Maduro numa eleição presidencial questionada pela oposição e a comunidade internacional, o parlamento venezuelano declarou Juan Guaidó presidente interino da República – e mais de 50 países reconheceram-no como chefe de Estado da Venezuela. Em seguida, esses atores começaram uma nova rodada de pressões com o objetivo de promover uma transição política através da realização de eleições com garantias nesse país (FRANCE 24, 2020; INFOBAE, 2020).

O governo de Donald Trump, que já tinha imposto sanções contra funcionários do regime chavista, e, em 2017 baniu a possibilidade de o Estado venezuelano e a PDVSA renegociarem sua dívida pública ou emitir novos papéis no sistema financeiro norte-americano, finalmente decidiu proibir a importação de óleo venezuelano (CRS, 2020)¹. A aplicação dessas sanções alimentou as teses centradas nos interesses norte-americanos sobre o petróleo venezuelano como principal motivador do posicionamento americano em relação ao país.

Embora seja inegável a importância que o petróleo desempenha nas questões de segurança nacional norte-americana, as transformações estruturais experimentadas pelo mercado petrolífero e energético nas últimas décadas, obrigam a rever as principais ideias que nortearam as discussões de economia política sobre o tema. Este trabalho tem como objetivo demonstrar que a redução da dependência petrolífera americana muda profundamente o tipo de interesse americano sobre o petróleo Venezuelano. A questão principal para os EUA deixou de ser o acesso direto ao suprimento Venezuelano, mas a contenção da utilização do petróleo venezuelano como arma política na disputa geopolítica regional e internacional. Esta mudança no interesse americano coloca a Venezuela numa situação muito mais frágil que aquela durante o período de elevada dependência petrolífera americana.

Nesse sentido, este trabalho pretende analisar a importância da Venezuela na geopolítica petrolífera norte-americana à luz das novas realidades do mercado petrolífero americano e internacional. Para isso, o texto foi dividido em quatro seções além desta introdução. Na segunda seção, é feita uma revisão sobre o papel do petróleo na geopolítica americana. A terceira seção analisa a inserção da Venezuela na agenda geopolítica norte-americana do ponto de vista da segurança energética. Em seguida, na quarta seção analisa-se o posicionamento da Venezuela na agenda geopolítica norte-americana desde a perspectiva da segurança nacional, decorrente do controle dessas vultuosas reservas de hidrocarbonetos. Finalmente, são feitas as reflexões finais do trabalho.

2. O papel do petróleo na geopolítica americana

Nos Estados Unidos, o petróleo é a fonte de energia que movimenta quase a totalidade do setor de transporte. Segundo dados da *US Energy Administration*, o petróleo respondeu por 89% da demanda de energia para o setor de transporte em 2018. Esse volume de de-

1 Para mais detalhes sobre o histórico de sanções aplicadas pelos Estados Unidos ao Estado Venezuelano, ver CRS (2020).

manda representou 28% da energia total consumida nesse país e 20% do petróleo consumido em nível mundial. Entretanto, os EUA somente possuem 3,5% das reservas provadas de petróleo do mundo (EIA, 2019; BP, 2019). Apesar de ser um país produtor sólido, para satisfazer a demanda local, historicamente, dependeu das importações de petróleo de diversas províncias localizadas em regiões estáveis e não tão estáveis. Por esse motivo, o petróleo ocupa um lugar preponderante na agenda de política energética, de segurança nacional e de política exterior desse país.

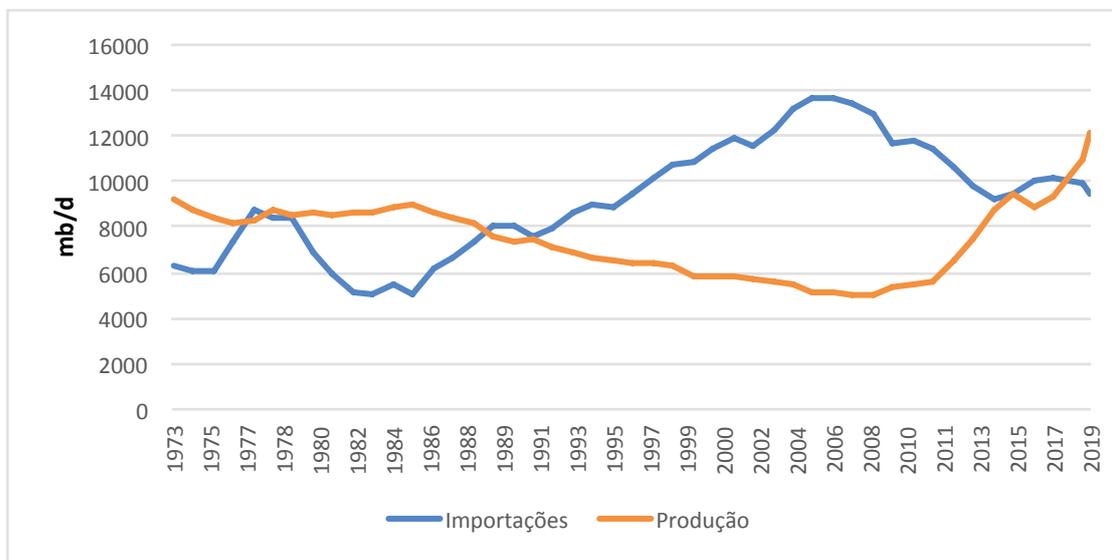
Em decorrência dessa percebida posição de vulnerabilidade, os EUA têm sido atores centrais no histórico de transformações que experimentou essa indústria até o momento atual. De fato, as principais normas que hoje regem o funcionamento do mercado internacional de petróleo - caracterizado pela integração global dos agentes num mercado flexível e com um sistema de formação de preços flutuante - foi o resultado da ação coordenada dos países industrializados, sob a liderança norte-americana, após o embargo árabe de 1973. O objetivo dessas ações foi melhorar sua capacidade de resposta perante eventuais interrupções no fornecimento de petróleo, encorajar a colaboração em matéria de política energética, e prevenir tentativas futuras de utilizar o petróleo como arma política. Nessas condições, os EUA operam como garantidores do cumprimento das normas de funcionamento desse mercado, assegurando que todos os atores cumpram seu papel. Para isso, os EUA utilizam recursos diversos, dentre eles a presença militar em áreas estratégicas para garantir a segurança interna e externa tanto dos principais exportadores quanto dos principais importadores (TORRES FILHO, 2004; YERGIN, 2008)².

No entanto, nas últimas duas décadas, o mercado internacional de petróleo experimentou transformações estruturais que mudaram a posição norte-americana de forma notável. Contrário às teses malthusianas que predominaram na indústria durante as décadas de 1980, 1990 e parte de 2000, as reservas de petróleo aumentaram substancialmente no planeta. O *boom* dos preços das matérias primas, a partir de 2003, e o desenvolvimento de novas tecnologias viabilizaram o aumento dos investimentos em exploração e produção, tendo como destaque o aproveitamento das reservas em áreas não convencionais. Como resultado, na segunda metade de 2014, o aumento da produção petrolífera deu lugar a um ciclo de sobre oferta desse energético no mercado internacional que permanece na atualidade (ALMEIDA et al, 2016).

Os EUA foram os principais protagonistas dessa transformação estrutural do mercado. O contexto de preços altos permitiu viabilizar o desenvolvimento das reservas de petróleo e gás natural não convencional nesse país, duplicando sua produção na última década e reduzindo sua vulnerabilidade externa³. De acordo com dados da AIE (2019), entre 2010 e 2018, a produção norte-americana passou de 5,4 mb/d para 10,9 mb/d, enquanto as importações caíram em mais de 3 mb/d (ver gráfico 1). Inclusive, o país voltou a exportar petróleo em volume elevado.

2 A doutrina Carter é útil para descrever o escopo do papel coordenador dos Estados Unidos na indústria mundial de petróleo. Ela foi a política proclamada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, durante o discurso do Estado da União de 1980. A partir desse discurso, os Estados Unidos declararam o Golfo Persico como uma região do seu interesse vital, razão pela qual, estariam dispostos a defendê-la por todos os meios possíveis, incluindo o uso da força militar (SAMUELS, 2020).

3 Os recursos não convencionais, são hidrocarbonetos localizados em reservatórios com baixíssima permeabilidade que exigem estimulação para sua produção, através da utilização de técnicas diferenciadas como o fraturamento hidráulico. Entre esses recursos encontram-se o gás de folhelho (*shale gas*) e o óleo de folhelho (*Shale oil*, também conhecido como *Tight oil*) (CRUZ, 2016; SCHLUMBERGER, 2020).

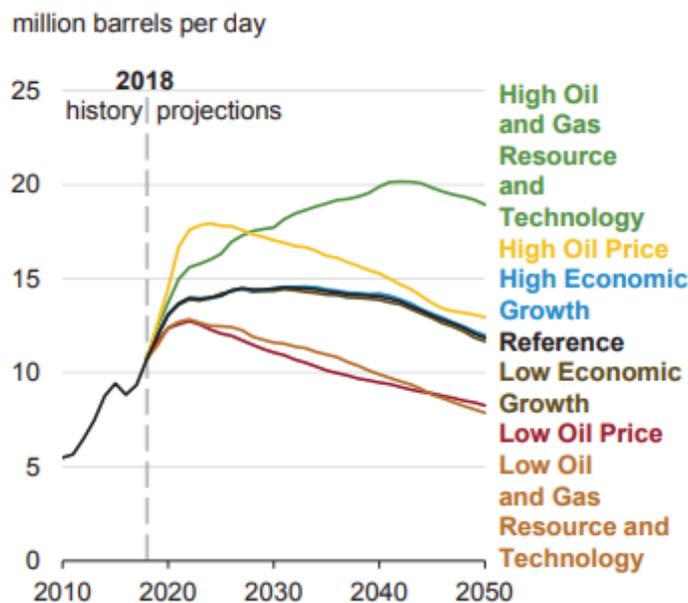
Gráfico 1. Evolução das importações versus a produção de petróleo nos Estados Unidos

Fonte: elaboração própria a partir de dados da US Energy Information Administration

Contudo, essa nova situação de independência energética é susceptível a duas questões. Em primeiro lugar, o desenvolvimento dos recursos de não convencional possui uma estrutura de custos elevada. De acordo com dados da Federal Reserve Bank of Dallas (FRBD), em 2019 o *break even* na produção de petróleo nas principais bacias de não convencional situava-se na faixa dos US\$ 50 por barril⁴. Os dados do órgão norte-americano, mostraram que o *break even* por campo podem variar nos valores entre US\$23 e US\$70 por barril. Nesse sentido, grande parte da produção norte americana de petróleo seria menos competitiva em situações de queda abrupta na cotação do barril de petróleo, e consequentes disputas com produtores tradicionais por fatias do mercado (ALMEIDA et al. 2016; FRBD, 2019).

A segunda questão é a sustentabilidade da produção de longo prazo das áreas de não convencional, e, como se comportará a demanda durante o mesmo período. Segundo projeções da EIA (2019), no cenário de referência, a produção de petróleo nos EUA deve continuar aumentando até 2027 por acima da faixa dos 14 mb/d, permanecendo nesse patamar até o final da década de 2030. A partir de 2020 os EUA passam a ser um exportador líquido de petróleo (ver gráfico 2). A agência também projeta uma queda do consumo doméstico desse energético, e, portanto, das importações de petróleo e outros líquidos até final de 2030, quando deveriam voltar a aumentar em decorrência da queda da produção local e de uma recuperação da demanda por combustíveis. Entretanto, existe uma grande variação nos cenários de produção de acordo com o cenário de preços e disponibilidade de recursos. Este nível de incerteza é maior no longo-prazo.

4 O *break-even* é o valor mínimo que o preço do petróleo precisa alcançar para que a receita dos produtores seja suficiente para cobrir todos os custos, inclusive o custo de oportunidade do capital.

Gráfico 2. Cenários de aumento da produção de petróleo nos Estados Unidos

Fonte: US Energy Information Administration.

O crescimento da produção norte-americana de petróleo tem se caracterizado por uma composição de óleos leves. Tendo em vista que o parque de refino desse país foi desenhado para operar com óleo mais pesado em algumas regiões, algumas refinarias norte-americanas precisam da importação de óleos mais pesados para poderem operar economicamente e garantir o fornecimento de produtos refinados como diesel e combustíveis de aviação (VISCINDI; GRAHAM, 2020). Em decorrência disso, os Estados Unidos precisaram importar mais de 3 mb/d de petróleo pesado durante 2018 (SMITH, 2018). Nesse sentido, no atual contexto de aumento da produção norte-americana de petróleo, uma das principais preocupações relacionadas com a segurança energética, estaria na garantia de fornecimento de petróleo pesado.

No entanto, a geopolítica petrolífera vai além da preocupação com o acesso aos recursos para satisfazer requisitos de segurança energética, alcançando aspectos mais amplos de segurança nacional. Isso ocorre por algumas razões. O petróleo é um recurso estratégico para definir a configuração do poder mundial, do ponto de vista militar, devido ao seu uso como combustível mobilizador da máquina de guerra. Por isso, o acesso às reservas foi uma questão central nas estratégias das potências em disputa, desde a segunda guerra mundial. As dificuldades de acesso a recursos petrolíferos suficientes foi o que motivou as potências do eixo a invadir a União Soviética e a Indonésia e, ao final, o que acabou entorpecendo seus esforços de guerra (TORRES FILHO, 2004).

No caso norte-americano, a falta de recursos suficientes no seu território e o entendimento do valor estratégico do petróleo na agenda de segurança e defesa nacional, também motivou as contínuas operações de coordenação nas principais regiões produtoras, e que permanecem até o momento atual. Nesse sentido, o controle do acesso aos recursos petrolíferos também constitui um mecanismo de contenção de rivais internacionais, aplicado não só pelos Estados Unidos como por outras potências militares do planeta (LUFT, 2009)⁵. Assim, a questão da segurança nacional na

5 Nesse respeito, ver da Rússia e os países da União Europeia com o gás natural.

geopolítica petroleira também passa pela capacidade de garantir o acesso aos recursos e que, em caso de ameaça ou risco, os rivais internacionais não tenham essa mesma possibilidade.

A dependência de recursos petrolíferos produzidos foi percebida como uma posição de vulnerabilidade para os Estados Unidos, minando seus objetivos de política exterior. Essa situação, foi qualificada por Richard Lugas como “o novo realismo energético”, e entende-se como a necessidade de os Estados Unidos ter que coexistir com países produtores que estejam sob regimes políticos não democráticos – alguns, inclusive, abertamente antiamericanos – capazes de se transformar em ameaças contra a segurança nacional (LUFT, 2009).

De acordo com Luft (2009), essa situação se apresentou em, pelo menos, três formas. Em primeiro lugar, a importação de petróleo permite a dotação de recursos financeiros a alguns países promotores de movimentos extremistas – como o fundamentalismo islâmico – gerando instabilidade em regiões como o oriente médio e África (os casos da Arábia Saudita e o Irã). Em segundo lugar, a transferência de petrodólares permitiu a países produtores, como a Rússia e a Venezuela, o financiamento de ações orientadas a minar os interesses dos Estados Unidos em diversas regiões como América Latina e Eurásia. E, em terceiro lugar, a emergência de novos atores com poder de mercado relevante (como a China) e sua dependência de petróleo de países contrários aos interesses norte-americanos (como Venezuela, Irã e Sudão) são barreiras para o alinhamento de Pequim com os Estados Unidos em questões consideradas vitais para este último.

Dessa forma, foi possível construir um enquadramento teórico para analisar o caso venezuelano, tendo como premissas a questão da segurança energética e de uma visão mais ampla de segurança nacional.

3. Venezuela na agenda de segurança energética norte-americana

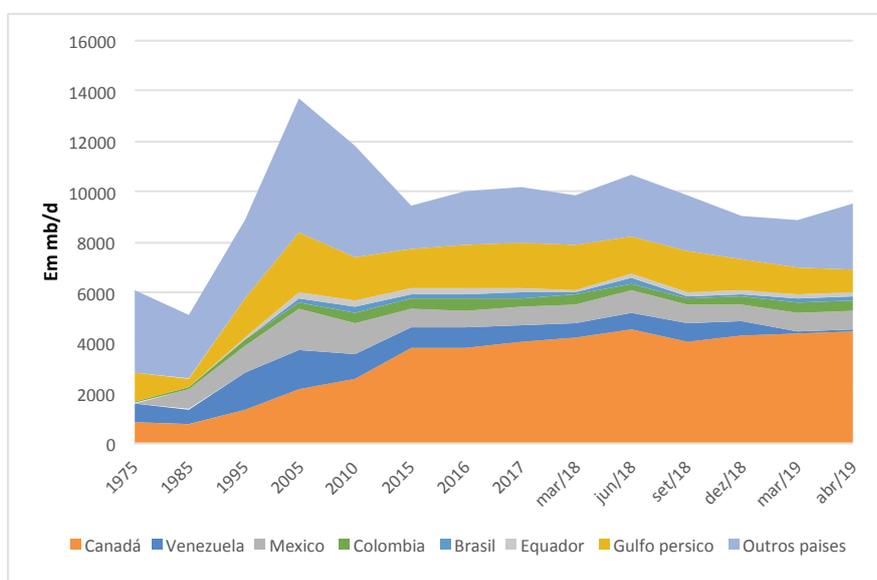
Em termos das necessidades energéticas norte-americanas, a Venezuela deixou de ter a posição de parceiro comercial confiável no fornecimento de petróleo que ocupou por décadas no passado. Um importante fator que contribuiu para a perda de posição Venezuelana foi o impacto que a politização da indústria e da política petroleira teve sobre a confiança dos investidores estrangeiros – principalmente, das operadoras norte-americanas – cujos projetos foram expropriados após não aceitarem os termos para a renegociação dos seus contratos no país⁶. Outros fatores a destacar foram a falta de investimentos para sustentar e aumentar a produção petroleira, a corrupção administrativa e o esvaziamento das capacidades técnicas da PDVSA para operar com eficiência o negócio petroleiro. Tudo isso provocou o declínio da produção venezuelana e a progressiva perda da sua fatia no mercado internacional (CLAVIJO, 2017; 2018)⁷.

6 De fato, não todo foi desencontros entre o Estado venezuelano e as operadoras norte-americanas durante os governos do Chávez e do Maduro. Diferente do caso da Exxon e da Conoco Phillips, a Chevron aceitou a conversão dos antigos contratos que tinha assinado com as autoridades venezuelanas para o contrato de *joint venture*, e teve acesso, entre outras bacias sedimentares, aos recursos da faja petrolífera do Orinoco. De acordo com informação do último relatório de gestão publicado pela PDVSA, em 2016, existiam 04 empresas norte-americanas operando projetos de E&P sob contrato de *joint venture* na Venezuela (VISCINDI; GRAHAM, 2020).

7 De acordo com dados da PDVSA, em 1998 a produção venezuelana de petróleo era de 3.1. mb/d. Durante o quarto trimestre de 2019, segundo dados da OPEP, a partir de fontes secundárias, a produção venezuelana era de 700 mil b/d. Isso representa uma queda da produção de mais do 60%.

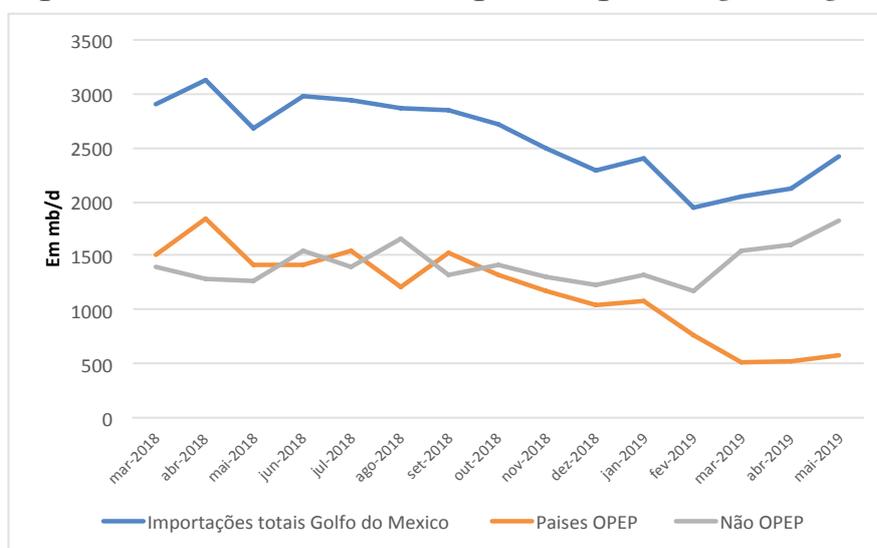
Em decorrência dos fatores mencionados, em duas décadas a Venezuela passou de terceiro maior exportador de petróleo para os Estados Unidos, para ocupar uma posição marginal na cesta de importações desse país. Em janeiro de 2019, quando o governo Trump anunciou o embargo as importações de óleo, a Venezuela era responsável por somente 6% do volume total importado para os EUA (EIA, 2019). E, no final de maio deste ano, momento em que as sanções entraram efetivamente em vigor, o mercado teve capacidade de substituir o petróleo venezuelano enviado para os Estados Unidos, a despeito das preocupações pela redução da produção de óleos pesados no mercado internacional e do custo mais elevado com as importações de áreas mais distantes (CRANE et al. 2009) (ver gráficos 3 e 4).

Gráfico 3. Importações norte-americanas de petróleo em países selecionados



Fonte; elaboração própria a partir de dados da US Energy Information Administration.

Gráfico 4. Importações norte-americanas de petróleo para a região do golfo do México



Fonte: elaboração própria a partir de dados da US Energy Information Administration.

Tal como mostra o gráfico 4, entre janeiro e maio de 2019 as importações norte-americanas de petróleo para a região do golfo do México com origem em países da OPEP sofreram uma queda de 560 mil barris. A área do Golfo do México concentra a capacidade de refino de óleos pesados e extrapesados para a produção de gasolina diesel e combustível de aviação. Esse valor de redução das importações é próximo ao da quantidade de barris que a Venezuela estava exportando aos Estados Unidos em janeiro de 2019 e que começaram a ser reduzidos com a imposição do embargo petrolífero. Ao mesmo tempo, o gráfico 4 mostra como, a partir de fevereiro, a queda das importações venezuelanas dentro das importações dos países da OPEP para essa região acaba sendo mais do que compensada pelas importações desde países não OPEP. Para substituir os óleos pesados venezuelanos, as empresas que controlam o parque refinador localizado no golfo do México tiveram que modificar as misturas de óleos para adaptar o processamento aos óleos disponibilizados pelo mercado (EGAN, 2019)⁸⁹.

Todavia, as condições que permitiram aos EUA prescindirem das importações venezuelanas na atualidade – já apresentadas na seção anterior – podem não permanecer no longo prazo. Por esse motivo, vale a pena analisar outras variáveis que poderiam influenciar o posicionamento da Venezuela na agenda de segurança energética norte-americana.

Ser o país com as “maiores reservas provadas de petróleo” do mundo e estar localizado na zona de influência direta dos Estados Unidos, sem dúvida seriam razões suficientes para afirmar que existe um interesse do governo norte-americano em garantir o controle desses recursos no futuro. Contrário ao que se pensa, apesar de os EUA terem uma cesta de importações bem diversificada, a maioria das cargas de petróleo do exterior provém dos países do continente americano (com destaque para o Canadá) e não do Oriente Médio (LEHMANN, 2017)¹⁰.

A questão das reservas venezuelanas é uma realidade que precisa ser reavaliada¹¹. Segundo dados da PDVSA (2016), do total das reservas venezuelanas de petróleo, 261 bilhões de barris, equivalente a 86% do total, correspondem a petróleo extrapesado, ficando o restante distribuído entre petróleo pesado (6%), mediano (3%), leve (3,5%), condensado (0,8%) e gás úmido (0,6%). Essa quantidade de reservas provadas foi o resultado da decisão do governo nacional por certificar os recursos da *faja petrolífera del Orinoco* durante a década de 2000, num contexto em que os preços internacionais do óleo tocaram os US\$ 100/b, uma faixa de preços que melhorava a viabilidade econômica dos óleos pesados. Porém, na medida em que a cotação dos preços do petróleo começou a declinar, esse volume de reservas não foi racionalizado.

Em 2015, a Wood Mackenzie estimou os custos de diferentes áreas de produção na Venezuela. O estudo calculou o preço *break even* de projetos localizados em diferentes bacias sedimentares do país. De acordo com os resultados, em projetos responsáveis por 62% da produção de petróleo reportada na Venezuela durante 2015, foi identificado um preço *break even* inferior a US\$ 35/b.

8 As cargas de óleos pesados venezuelanos foram substituídas, principalmente, por cargas provenientes da Colômbia, Iraque, Arábia Saudita, Canadá, México e Rússia. Também, foram incorporados óleos produzidos no golfo do México e outras áreas localizadas em território dos Estados Unidos (VISCINDI; GRAHAM, 2020).

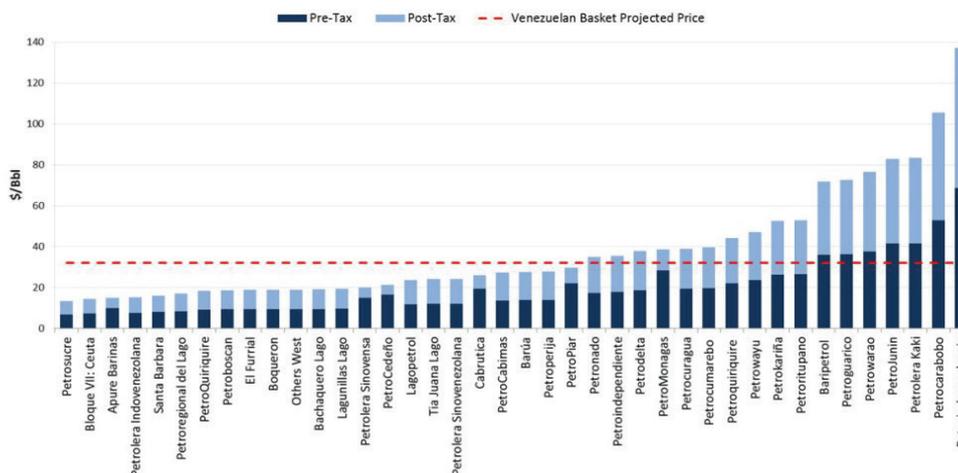
9 Importa destacar que a produção de óleos pesados em geral apresenta estruturas de custo mais elevada do que a produção de óleos leves. Essa característica também introduz elementos de susceptibilidade nos países produtores de esse tipo de óleos durante períodos de queda abrupta na cotação do barril nos mercados internacionais. Nesse sentido, tanto Venezuela quanto os outros países produtores de óleos pesados precisam lidar com os riscos associados à queda dos preços desse energético (RAVAL, 2020).

10 Sobre essa questão ver Lehmann (2017), Randall (2005) e Chester (1983).

11 De acordo com a Comissão de Bolsa de Valores dos Estados Unidos (em inglês, SEC) (2008), as reservas provadas se entendem como aquelas quantidades de petróleo e gás natural que, pela análise de dados de geociências e de engenharia, podem ser estimadas com razoável certeza como economicamente viáveis – a partir de uma data determinada, sobre reservatórios conhecidos e sob as condições econômicas, os métodos de operação e as regulações governamentais existentes.

Porém, o estudo identificou que em projetos que responderam por quase 40% da produção de petróleo bruto da Venezuela o fluxo de caixa seria negativo após o pagamento de impostos quando os preços do Brent caíssem abaixo de US\$35 por barril, de acordo com a estrutura fiscal do país (HERNANDEZ; MONALDI, 2016).

Gráfico 5. Preço *break even* em campos selecionados da Venezuela

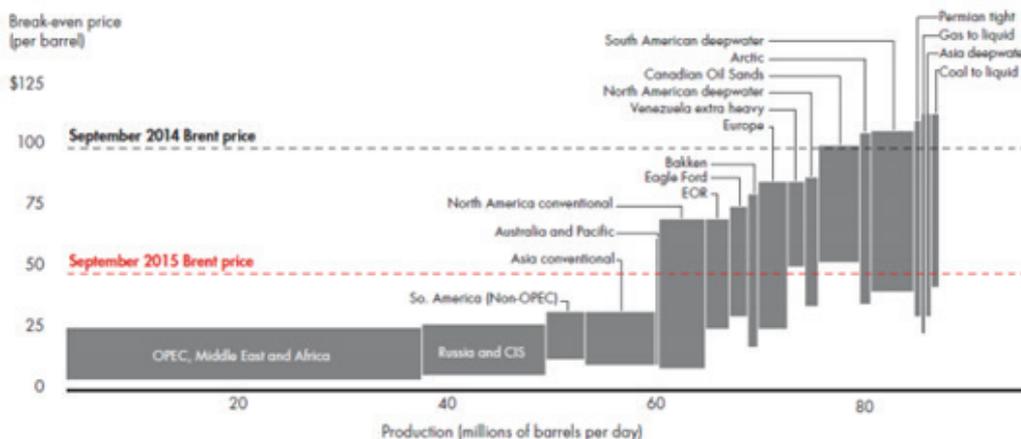


Fonte: Wood Mackenzie apud. Hernandez e Monaldi, 2016.

Tal como ilustra o gráfico 4, dos 40 projetos analisados pelo estudo, 17 apresentaram custos de produção totais superiores ao preço *break even* definido pela Wood Mackenzie. Na maioria desses casos, o fluxo de caixa negativo responderia a questões relacionadas com as elevadas participações governamentais. No entanto, no mesmo gráfico se ilustram casos de 7 projetos onde os custos prévios ao pagamento de impostos já eram superiores ao preço *break even*. E, em 14 casos, os custos antes do pagamento de impostos se encontrariam no patamar dos US\$20 ou mais.

Em outro estudo elaborado pela Bain & Company apud. Graauw et. al. (2015), foi feita uma comparação dos custos de diferentes áreas e tipos de recursos petrolíferos em produção no mundo, apresentando uma faixa de preço de viabilidade (*break even*) (ver gráfico 6).

Gráfico 6. Custos de produção por área e tipos de petróleo



Fonte: Bain & Company apud. Graauw et. al. 2015.

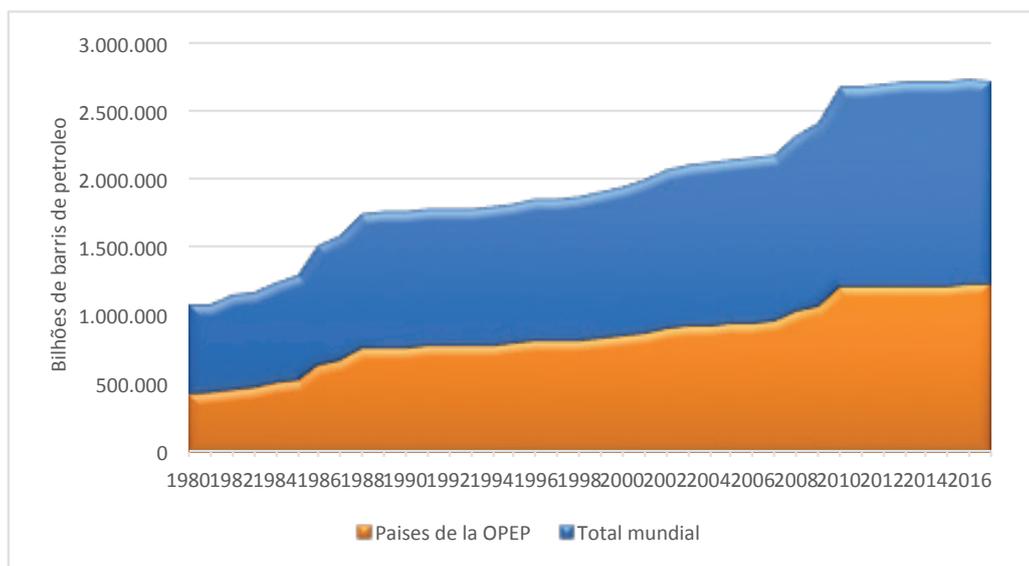
De acordo com o gráfico 5, enquanto a viabilidade da produção de petróleo convencional em regiões como o Oriente Médio, África, América Latina e Rússia se encontraram entre os US\$5 e US\$30, os óleos extrapesados da Venezuela se situaram numa faixa entre os US\$ 55 e US\$80.

Dessa forma, a viabilidade dos recursos de petróleo extrapesado seria mais vulnerável ao comportamento dos preços do barril, num contexto onde os principais indicadores da indústria projetam o acirramento da concorrência entre os países produtores nos anos à frente. A despeito do exposto anteriormente, também é importante destacar que a Venezuela ainda possui importantes volumes de reservas de petróleo leve, mediano e pesado - ao redor de 40 bilhões de barris - com riscos exploratórios e custos de produção baixos (PDVSA, 2016). Com isso, pode-se dizer que, apesar de uma possível perda de relevância geopolítica, o país ainda possui suficientes recursos para recuperar a produção de forma rentável e competitiva num cenário de longo prazo.

No entanto, possuir vastas quantidades de reservas não é garantia de relevância na agenda de segurança energética da comunidade internacional se, como país, não existem as condições para operar como um fornecedor estável e seguro num mercado com concorrência. Na atualidade, o contexto econômico da Venezuela impede pensar que esse país possa retomar a posição. A dívidas da PDVSA (considerando emissão de bônus e empréstimos), é da ordem dos US\$ 34 bilhões. A dívida externa do país é estimada em US\$ 60 bilhões. De acordo com estimações de Monaldi (2018), para recuperar o nível de produção de 1998 (aproximadamente 3.4 mb/d) seria necessário fazer investimentos de cerca de US\$ 200 bilhões pelos próximos dez anos, ou seja, investimentos de um montante de US\$ 20 bilhões anuais.

Por outro lado, tal como foi mencionado na seção anterior, a Venezuela não foi o único país a reportar um aumento no volume de reservas provadas durante as últimas décadas. Esse tampouco foi o caso considerando a ênfase em óleos pesados e extrapesados, tendo em vista o bom desempenho experimentado pelo Canadá (167,8 bilhões de barris de petróleo) (BP, 2019). Na realidade, o volume de reservas provadas aumentou substancialmente em todas as regiões do planeta (ver gráfico 7).

Gráfico 7. Evolução das reservas provadas de petróleo em regiões selecionadas



Fonte: elaboração própria a partir de dados da OPEP.

O mercado internacional de petróleo experimentou um crescimento na produção de petróleo e a inserção de novos países exportadores. No caso dos óleos extrapesados, entre 2000 e 2017, a produção aumentou de 1mb/d para 3.7 mb/d, e espera-se que possa atingir a faixa de 4.3 mb/d em 2025. O aumento da produção deve ocorrer devido ao desenvolvimento de diversos projetos que foram aprovados antes da queda dos preços do petróleo no Canadá, com uma capacidade de produção de 700.000 barris diários, um volume superior às exportações venezuelanas para os Estados Unidos em janeiro de 2019 (IEA, 2018)¹².

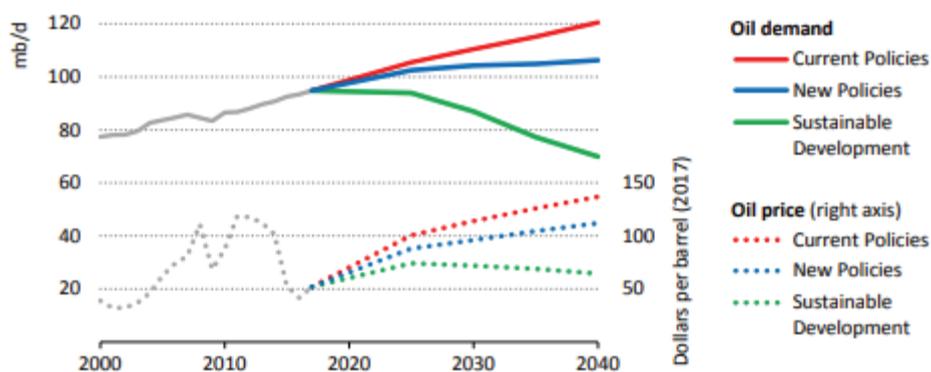
Vale ressaltar o desenvolvimento do projeto *Keystone XL*, a quarta fase do sistema de oleodutos *Keystone* prevista para entrar em operações em 2023. Esse oleoduto terá capacidade para transportar cerca de 830 mil barris diários de óleo canadense até o estado de Nebraska, e, a partir daí, se conectar com o sistema de oleodutos já existente para alcançar as refinarias do golfo do México, a região de orientação direta dos óleos pesados venezuelanos (BERNARD et al. 2014; AYEMBA, 2020). De acordo com Viscindi e Graham (2020), empresas canadenses estariam analisando a possibilidade construir novos oleodutos desde Alberta para aumentar a capacidade de transporte de óleos pesados para a costa do golfo do México, para competir com o petróleo venezuelano uma vez que as sanções forem levantadas.

A longo prazo, empresas com operações de refino nos Estados Unidos estão estudando a reconfiguração dos processos de refino nas instalações existentes. Empresas de refino já tem feito investimentos durante os últimos anos para aumentar a capacidade de refino a partir de cortes de óleos leves produzidos em formações de xisto (VISCINDI; GRAHAM, 2020).

A concorrência, para conservar sua fatia de mercado, também provocou mudanças nas políticas dos países e nas estratégias das empresas, caracterizadas pela redução das participações governamentais e dos custos de produção. De fato, a recuperação da cotação do preço do barril após 2014 ocorreu, principalmente, pelos esforços de coordenação para o estabelecimento de cotas de produção entre os países da OPEP e Rússia. Dessa forma, entende-se que o mercado petrolífero se encontra num contexto caracterizado pelo excesso de capacidade de oferta. E, nessas condições, o mercado tem reagido eficientemente em substituição ao petróleo que a Venezuela deixou de colocar no mercado por causa da queda da sua produção doméstica, e, das recentes sanções norte-americanas, numa tendência que pode se manter no curto e médio prazo sem a ocorrência de grandes disfunções.

Entretanto, existem importantes incertezas sobre o comportamento do mercado no horizonte de longo-prazo. De acordo com projeções da Agência Internacional de Energia (2018), no seu cenário base – *Current Policies Scenario* –, a demanda mundial de petróleo deve aumentar até 2040, num patamar de 120mb/d, um crescimento impulsionado, principalmente, por China e Índia. Nesse cenário, a AIE estima a manutenção da posição dominante da gasolina e do diesel, e um aumento na cotação dos preços internacionais do óleo (ver gráfico 8).

12 De acordo com estimativas recentes da *Wood Mackenzie*, a rentabilidade dos projetos das arenas betuminosas do Canadá depende requer que a cotação do preço esteja na faixa dos US\$45 por barril. No caso da produção de óleos pesados na Venezuela e no México, a empresa de consultoria estimou que esses países requerem preços de ao redor de US\$55 por barril (RAVAL, 2020).

Gráfico 8. Projeções de aumento da produção mundial de petróleo

Fonte: IEA, 2018.

Do lado da oferta, as estimativas também indicam o aumento da produção de petróleo até 2040, liderada pelos Estados Unidos até 2025, quando alcançaria seu pico de produção – estimado em 18,5 mb/d –, cedendo sua participação na oferta total de petróleo para os países da OPEP (IEA, 2018).

Considerando o exposto acima, é importante revisar as teses fundadas nos interesses norte-americanos pelos recursos venezuelanos. A análise do contexto atual de mercado sugere que a relevância da Venezuela para garantia da segurança energética do mercado internacional e em particular do mercado americano se reduziu substancialmente.

Contudo, os possíveis interesses norte-americanos sobre os hidrocarbonetos venezuelanos não se reduzem à esfera da segurança energética. O valor estratégico do petróleo se enquadra dentro de uma questão mais ampla da segurança nacional dos Estados Unidos, cujo escopo transcende a questão das necessidades energéticas nacionais, para considerar outras variáveis, tais como: os atores que controlam esses recursos, a forma como são empregados e como isso afeta sua posição de poder no sistema internacional. Essa discussão será o objeto da próxima seção.

4. Os recursos petrolíferos venezuelanos na agenda de segurança nacional norte-americana

Tal como foi analisado na segunda seção, a geopolítica petrolífera norte-americana transcende a questão de segurança energética para uma questão de segurança nacional, devido ao caráter estratégico do petróleo no que concerne à estrutura de poder mundial. Nesse sentido, o caso venezuelano aparece como um exemplo relevante dos esforços de contenção de rivais internacionais, por múltiplas variáveis que serão levantadas nesta seção.

A posse de Hugo Chávez na presidência da Venezuela, significou uma mudança nas diretrizes da política petroleira e da política exterior venezuelana – mudanças em muitos casos contrárias ao interesse nacional (BOERSNER, 2002)¹³. A Venezuela, sem deixar de discordar

13 Para mais informação sobre o desatendimento da política exterior venezuelana ajustada ao interesse nacional, ver Boersner (2002).

do governo norte-americano em diferentes questões de política internacional e petroleira, durante a democracia de partidos, tinha conseguido manter uma posição de fornecedor confiável de petróleo no mercado norte-americano. Contudo, a era Chávez esteve marcada pelo alinhamento com os principais rivais internacionais dos Estados Unidos e pela posição de eixo promotor de ideias e políticas antiamericanas no continente ao longo das últimas duas décadas. Isso teve origem num contexto em que a dependência dos Estados Unidos por petróleo importado voltou a crescer, alcançando seu ápice no ano 2005 (ver gráfico 3). Assim, as mudanças experimentadas pelo mercado internacional de petróleo, discutidas anteriormente, teriam permitido ao governo norte-americano obter maiores níveis de independência dos fornecedores considerados por eles como “não confiáveis” e, além disso, trabalhar na contenção desses atores.

De acordo com Mora Contreras et al. (2017), entre 1999 e 2014, as receitas venezuelanas por exportações petrolíferas superaram os 800 bilhões de dólares. Isso, num contexto de debilidade institucional do país, foi o pilar central para alavancar a projeção dos governos de Chávez e de Maduro pela América Latina, em temas considerados estratégicos à agenda de segurança nacional dos Estados Unidos¹⁴.

Os petrodólares e os hidrocarbonetos venezuelanos financiaram os projetos internacionais de Hugo Chávez em alinhamento com Cuba para tecer uma rede de alianças políticas na região^{15,16}. Esses recursos permitiram o financiamento de diversos programas de cooperação internacional e o estabelecimento de uma maquinaria propagandística e ideológica “internacionalista” na região latino-americana (ROMERO, 2012).

Durante o período, foram estabelecidos numerosos acordos de cooperação pouco transparentes, caracterizados por doações de dinheiro e de derivados de petróleo, ou por condições financeiras vantajosas para o pagamento das importações de óleo venezuelano, com atores externos, entre Estados, governos locais de outros países e empresas públicas e privadas (MORA CONTERÁS et al., 2017). Entre os acordos mais destacados durante o período estudado, resalta-se o fortalecimento do Acordo de San Jose de 1980 - com o compromisso de prover 80 mil b/d; o Convênio Integral de Cooperação Venezuela-Cuba (CICVC) e o Acordo de Cooperação Energética de Caracas (ACEC) do ano 2000, com o compromisso de fornecer 131 mil b/d; e a criação da Petrocaribe em 2005, em substituição dos acordos anteriores, onde o compromisso de fornecimento de petróleo e derivados aumentou para 260 mil b/d.

Através de Petrocaribe Venezuela injetou cerca de US\$ 28 bilhões em 14 países, permitindo assegurar importantes respaldos em instâncias internacionais (AVENDAÑO, 2019). De acordo com dados da *US Energy Information Administration*, em 2014 as exportações de petróleo venezuelano subsidiado para a região atingiram 400 mil b/d. Cuba - epicentro das posturas antiamericanas na região - tem sido o Estado mais beneficiado dessa aliança, chegando a receber volumes de até 114 mil b/d, o que constitui um apoio fundamental para a melhoria dos indicado-

14 Durante as últimas décadas, existe evidência dos vínculos de altos funcionários governamentais dos governos de Chávez e Maduro em temas que foram colocados na estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos, que não entram entre os objetivos deste trabalho, tais como, o narcotráfico, o terrorismo e outras formas de organização criminal transnacional. Adicionalmente, desde 2016, a deriva autoritária de Nicolas Maduro permitiu encaixar a Venezuela dentro da categoria de ditaduras regionais (IEEE, 2017).

15 Os acordos bilaterais com o governo cubano começaram com a contratação de médicos, especialistas esportivos e avançaram para a contratação de funcionários militares para gerir as operações de inteligência e contra inteligência no país. Nesse assunto, ver a entrevista realizada a Hugo Carvajal, ex-diretor de Inteligência Militar dos governos de Hugo Chávez e Nicolas Maduro, em 16 de outubro de 2019.

16 Contudo, é importante destacar que o uso dos recursos petrolíferos como instrumentos de projeção internacional, o que foi denominado como diplomacia petroleira, não começou na era Chávez/Maduro.

res econômicos da ilha (BROWER, 2014). Contudo, a crise da indústria venezuelana de petróleo também afetou o despacho de petróleo para esse país do caribe, se colocando na faixa dos 70 mil b/d durante 2019 (VISCINDI; GRAHAM, 2020). Com isso, as recentes pressões norte-americanas sobre a indústria petrolífera venezuelana também teriam o potencial de aumentar o estrangulamento de outros países da região com posturas antitéticas com os Estados Unidos, como Cuba.

Sob as teses do regionalismo pós-liberal, o governo Chávez utilizou os petrodólares para impulsionar a Aliança Bolivariana para os Povos de América (ALBA), como uma alternativa à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com o objetivo de continuar com a construção de alianças políticas com os países da região, e para a promoção de uma postura antitética com os Estados Unidos, com poucos resultados em termos de integração econômica regional e sem reciprocidade dos países beneficiários (CRAINE et al. 2009; RIOS, 2017).

Adicionalmente, existem provas e denúncias da utilização de petrodólares para financiar movimentos políticos e candidatos nas eleições de distintos países da América Latina como Argentina, Peru, Nicarágua, entre outros (REUTERS, 2016; BBC, 2010; Rebossio, 2007). Ainda, de acordo com o Instituto Español de Estudios Estratégicos (IISS) (2007), o governo do ex-presidente Chávez ofereceu US\$ 300 milhões às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (BBC, 2011)¹⁷.

Quanto aos planos direcionados a outras regiões, os recursos petrolíferos venezuelanos foram fundamentais para a aproximação entre os governos Chávez/Maduro e os principais rivais internacionais dos Estados Unidos, China e Rússia, e as potências regionais consideradas como ameaças à segurança nacional norte-americana, como os casos do Irã, e, em menor medida, da Síria.

No caso da China, começou como parte dos esforços do governo Chávez por procurar mercados alternativos ao norte-americano para colocar o óleo venezuelano. Isso coincidiu com o *boom* da demanda chinesa por matérias primas, e o impulso dado pelo governo chinês a suas empresas petrolíferas para expandir seus investimentos em distintas regiões produtoras do planeta, visando assegurar fontes seguras de abastecimento. Como parte dessa aproximação, desde 2007, a China concedeu financiamentos por um valor superior a US\$ 60 bilhões em troca de petróleo. Contudo, mesmo a Venezuela tendo pago a maior parte desses empréstimos, em alguns momentos o acordo teve que ser interrompido devido a problemas operacionais e à incapacidade de a PDVSA em cumprir com seus compromissos financeiros e de fornecimento (CLAVIJO, 2017). Por esse motivo, desde 2017 o governo chinês interrompeu a linha de crédito com o governo de Nicolas Maduro.

A crescente rivalidade com a China, integrava a agenda de segurança nacional norte-americana há mais de uma década. Entretanto, em matéria petrolífera os chineses não foram impedidos de penetrar em diversas províncias petrolíferas do planeta, incluindo América Latina (LUFT, 2009; MEIDAN, 2016). Na atualidade, o governo Trump tem avançado na ampliação das medidas de contenção da China nos âmbitos comercial e tecnológico. Inclusive, a China passou a ser prioridade na estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (CORDESMAN, 2019). No entanto, não existem evidências concretas da extensão dessas medidas para o setor de petróleo e gás natural em regiões de influência direta dos Estados Unidos. De fato, as sanções norte-americanas contra a Venezuela datadas de janeiro de 2019 têm impactado de forma similar tanto as empresas chinesas quanto as outras multinacionais que ainda mantêm operações nesse país.

17 Além das FARC, existem provas da existência de vínculos entre o regime do Nicolas Maduro e outros grupos qualificados pelos Estados Unidos como terroristas, tais como, o Exército de Libertação Nacional (ELN) e a guerrilha Hezbollah (INFOBAE, 2019; SEMANA, 2019).

Contudo, não se pode descartar a possibilidade de os Estados Unidos trabalharem no controle das fontes de fornecimento de petróleo do seu principal rival, a China. Na atualidade, a China já é o principal importador de petróleo do planeta, totalizando uma média de 10.62 mb/d, e continuará a ser um dos motores do crescimento da demanda por esse recurso nas próximas décadas (REUTERS, 2020). Nesse sentido, a China é muito mais dependente do que os Estados Unidos das importações de petróleo do exterior, e é muito mais vulnerável aos efeitos de qualquer disrupção no mercado internacional.

Por esse motivo, apesar da negativa da *China National Petroleum Corp* (CNPC) quanto a seguir importando petróleo venezuelano no o final de 2019, a China continua sendo um dos poucos mercados onde o regime do Maduro ainda consegue colocar óleo venezuelano, em parte para cumprir com as dívidas adquiridas, mas desafiando as sanções (PARRAGA; GUANIPA, 2019). Em 2019, a China foi o principal destino das exportações de petróleo venezuelano, numa média de 320 mil mb/d (VISCINDI; GRAHAM, 2020).

Adicionalmente, durante 2019, a participação chinesa na indústria venezuelana de petróleo foi expandida. Além das operações de produção que as estatais chinesas de petróleo mantêm em território venezuelano em consórcio com a PDVSA, a empresa Wison Engineering Services Co. assinou acordos com o governo de Nicolas Maduro para reparar as refinarias venezuelanas em troca de recursos petrolíferos (MILLARD; ZERPA, 2019)¹⁸.

No caso da Rússia, um dos maiores produtores mundiais de petróleo, a aproximação começou no terreno militar e depois no tema petrolífero, dois setores utilizados de forma constante na política exterior russa, para fortalecer sua posição de poder no sistema internacional (ROUVINSKI, 2020). A crescente presença russa na Venezuela, responde ao interesse do governo do Vladimir Putin por criar entraves aos interesses norte-americanos em diversas regiões do planeta, visando aumentar a capacidade de influência e de negociação russa em questões estratégicas da geopolítica mundial¹⁹, e por recriar a posição de potência que foi perdida com a queda da União Soviética, principalmente na opinião pública local. Para isso, o estreitamento das relações com os governos Chávez/Maduro, e a manutenção do Maduro no controle de uma Venezuela localizada na área de influência direta dos Estados Unidos, constitui uma questão de interesse importante (BOERSNER; HALUANI, 2013).

Com a crise econômica que se descortinou a partir de 2013 na Venezuela, a Rússia passou a desempenhar um papel importante concedendo empréstimos ao governo de Nicolas Maduro através da estatal de Rosneft, para serem pagos em petróleo, além de dar preferência à empresa russa na concessão de áreas para a exploração e produção de hidrocarboneto de forma isolada ou na operação de projetos conjuntos com a PDVSA (ROUVINSKI, 2020).

Durante os últimos anos, esse país passou a ter presença de oficiais militares na Venezuela para auxiliar na instalação de tecnologia e no reparo de veículos militares, além da segurança do Nicolas Maduro. Em matéria petrolífera, o regime de Nicolas Maduro outorgou concessões para

18 Venezuela possui uma elevada capacidade de refino. Para 2010, essa capacidade era de ao redor de 1.8 mb/d (CLAVIJO, 2017). Contudo, devido a diversos problemas decorrentes de falta de manutenção, no final de 2019 o parque de refino venezuelano estava operando a 15% da sua capacidade (VISCINDI; GRAHAM, 2020).

19 Uma tese que explicaria a presença russa na Venezuela, seria pelo interesse da potência eurásiana de utilizar o país sul-americano como moeda de troca nas negociações sobre questões mais sensíveis para sua segurança nacional, tais como o caso da Ucrânia, país localizado na sua área de influência direta, tal como a ex-diretora do Conselho de Segurança Nacional, Fiona Hill, em depoimento ao Congresso dos Estados Unidos, em 29 de novembro de 2019 (HROMADSKÉ INTERNACIONAL, 2019).

a operação de grandes projetos de gás natural *offshore*, como é o caso projeto “Gran Mariscal Sucre” (ROUVINSKI, 2020). Recentemente, devido aos problemas técnicos e financeiros da PDVSA, tanto a empresa russa quanto empresas chinesas passaram a operar consórcios onde a estatal venezuelana legalmente deveria ter essa condição exclusiva.

Através da Rosneft, o regime do Nicolas Maduro tem conseguido evadir as sanções e colocar os óleos venezuelanos nos mercados da China e da Índia. No caso da Índia, isso tem sido particularmente positivo para a estatal russa, devido ao fato de possuir uma importante participação na firma Nayara Energy Limited - empresa com importantes instalações refino nesse país, e que precisa de óleos pesados para suas operações (VIERMA; PARRAGA, 2019). Esse apoio também permitiu à empresa russa a redução da dívida contraída pela PDVSA - a qual passou de US\$ 4.7 bilhões em 2017 para US\$ 800 milhões no segundo trimestre de 2019 (VISCINDI; GRAHAM, 2019).

Recentemente, o governo russo tem mostrado interesse em continuar expandindo as operações da Rosneft da Venezuela, através do desenvolvimento de novos projetos de produção de petróleo e gás natural. Porém, a crise institucional desencadeada a partir da suspeita de fraude na reeleição de Nicolas Maduro, e o controle da oposição sobre o poder legislativo, foram identificados como um risco para aumentar a exposição da estatal russa na operação de novos projetos nesse país. Ademais, os contratos em matéria petrolífera precisam ser aprovados pelo parlamento venezuelano controlado pela oposição (ARMAS et al. 2020).

Assim, é possível interpretar o incremento das pressões dos Estados Unidos através do embargo petrolífero como uma questão ligada à agenda de segurança nacional, e como parte de uma resposta à esforços dos governos Chávez/Maduro para debilitar a posição norte-americana na América Latina e em outras regiões do planeta em alinhamento com potências rivais e outros Estados com posturas antitéticas aos interesses norte-americanos.

Reflexões finais

A dependência da importação de petróleo para movimentar a economia e garantir a operatividade da sua máquina de guerra obrigou os Estados Unidos a exercerem um papel central na coordenação do mercado internacional de petróleo. Esta dependência também obrigou o país a coexistir com regimes políticos em Estados percebidos como promotores de ameaças contra a sua segurança nacional.

Entretanto, as transformações experimentadas pelo mercado internacional de petróleo durante a última década e o espetacular aumento da produção norte-americana permitiram reduzir significativamente a dependência externa dos Estados Unidos no mercado de petróleo.

Nessas novas condições, o caso da Venezuela aparece como um exemplo de como as condições da geopolítica do petróleo se inverteram em prejuízo do país. A Venezuela passou de um fornecedor confiável no começo da década de 2000, para um produtor marginal na indústria petrolífera mundial atualmente. Como foi possível observar ao longo do trabalho, a Venezuela tinha vantagens comparativas em relação a outros concorrentes da indústria e era um fornecedor natural dos Estados Unidos na região do golfo do México. Contudo, os erros da política petrolífera e da administração da empresa estatal, PDVSA, reduziram sua presença no mercado. Por isso,

quando os Estados Unidos impuseram o embargo às importações óleos venezuelanos em janeiro de 2019, apesar dos riscos gerados, o mercado conseguiu operar para substituir o petróleo venezuelano sem provocar alterações substanciais nos principais indicadores da indústria.

Nas atuais condições de mercado, com o peso das sanções unilaterais, e, com uma indústria petrolífera em falência, existem motivos para pensar que a produção venezuelana de óleos pesados poderá ser substituída, pelo menos no médio prazo, principalmente pela capacidade do Canadá em garantir o abastecimento desse tipo de petróleo.

Este artigo mostrou que os interesses dos Estados Unidos na Venezuela vão além de uma questão de segurança energética. As medidas exercem pressão contra o regime de Maduro, respondem a uma questão de segurança nacional e são uma resposta a mais de uma década de promoção de iniciativas antitéticas com relação aos interesses nacionais norte-americanos. Venezuela, como nenhum outro país da região, foi o Estado que maiores esforços políticos e econômicos implementaram para afetar a posição norte-americana, principalmente na América Latina. Esse esforço foi financiado com petrodólares, chegando a atingir questões muito sensíveis da agenda de segurança nacional dos Estados Unidos, tais como o narcotráfico, o terrorismo, as alianças com Cuba, Irã, China e Rússia, além outras ações que não pertencem ao escopo deste artigo.

Dessa forma, nesse momento de maior independência energética, seria natural que os Estados Unidos avançassem numa contenção da Venezuela, e, com isso, fortalecer sua posição perante seus principais rivais em várias frentes de disputa geopolítica internacional.

Referências

- Agência Internacional de Energia (IEA). *World Energy Outlook 2018*. Disponível em: <<https://www.iea.org/weo2018/fuels/>> Acesso em: 10/09/2019.
- ALMEIDA E.; LOSEKANN, L.; PRADE Y.; BOTELHO, F.; NUNES, L. (2016). *Custos e Competitividade do E&P No Brasil*. Texto para Discussão IBP – 1/2016. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2016/07/TD-custosecompetitividade.pdf>>. Acesso em: 16/09/2019.
- ARMAS, M.; COHEN, L.; PONS, C. (2020). *Venezuela's Maduro seeks oil contract changes with congressional shakeup: lawmakers*. REUTERS. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-oil/venezuelas-maduro-seeks-oil-contract-changes-with-congressional-shakeup-lawmakers-idUSKBN1Z72UM>> Acesso em 25/01/2020.
- AVENDAÑO, Emily (2019). *Por qué Estados Unidos ya no necesita el petróleo venezolano*. EL LIBERO. Disponível em: <<https://ellibero.cl/actualidad/por-que-estados-unidos-ya-no-necesita-el-petroleo-venezolano/>> Acesso em: 12/12/2019.
- AYEMBA, Dennis (2020). *Construction of Keystone XL Pipeline in the United States to begin*. Construction Review Online. Disponível em: <<https://constructionreviewonline.com/2020/04/construction-of-keystone-xl-pipeline-in-the-united-sates-to-begin/>>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

- BBC (Redação) (2010). *WikiLeaks: “Venezuela y el narcotráfico financian a Nicaragua”*. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias/2010/12/101206_wikileaks_nicaragua_venezuela_eeuu_el_pais> Acesso em: 10/11/2019.
- _____ (2011). Chávez ofereceu US\$ 300 milhões às Farc em 2007, diz relatório. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/05/110510_relatorio_farc_chavez_rp> Acesso em: 10/10/2019.
- BERNARD, L.; Weinstein, P.; TERRY, L.; CLOWER, P. e NICHOLCAS, S. (2014). *The Keystone/Gulf Coast Pipeline System: A Catalyst for American Jobs and Energy Security*. Disponível em: <<https://www.smu.edu/-/media/Site/Cox/CentersAndInstitutes/MaguireEnergyInstitute/Keystone-Gulf-Coast-Project-Final-5-16-14.pdf?la=en>>. Acesso em: 06/05/2020.
- British Petroleum (2019). *BP Statistical Review of World Energy*. Londres. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf>> Acesso em: 10/10/2019.
- BROWER, Derek (2014). *PetroCaribe under threat as Venezuela economy struggles*. Petroleum Economists. Disponível em: <<https://www.petroleum-economist.com/articles/politics-economics/south-central-america/2014/petrocaribe-under-threat-as-venezuela-economy-struggles>> Acesso em: 12/10/2019.
- BOERSNER, Adriana; HALUANI, Makram (2013). *Convergencias y divergencias en la asociación estratégica ruso-venezolana y sus implicaciones hemisféricas. Cuadernos CENDES*. vol.30 no.82 Caracas abr. Disponível em: <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082013000100005> Acesso em: 10/10/2019.
- BOERSNER, Demetrio (2002). *INCIDENCIA INTERNACIONAL DE LA POLÍTICA EXTERIOR VENEZOLANA*. Disponível em: <<http://ance.msinfo.info/bases/biblo/texto/NE/NE.29.02.pdf>> Acesso em: 10/10/2019
- CLAVIJO, William (2017). A crise da indústria venezuelana de petróleo. Blog Infopetro. GEE/UFRJ. Disponível em: <<https://infopetro.wordpress.com/2017/09/13/a-crise-da-industria-venezuelana-de-petroleo/>> Acesso em: 16/10/2019.
- _____ (2018). Os desafios da recuperação da indústria venezuelana de petróleo. Blog Infopetro. GEE/UFRJ. Disponível em: <<https://infopetro.wordpress.com/2018/12/12/os-desafios-da-recuperacao-da-industria-venezuelana-de-petroleo/>> Acesso em: 16/10/2019.
- Congressional Research Service (2020). *Venezuela: Overview of U.S. Sanctions*. In Focus. Updated February 21, 2020. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/IF10715.pdf>> Acesso em: 25/03/2020.
- CORDENSMAN, Anthony (2019). *China’s New 2019 Defense White Paper: An Open Strategic Challenge to the United States, But One Which Does Not Have to Lead to Conflict*. Center For Strategic & International Studies. Washington. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/chinas-new-2019-defense-white-paper>> Acesso em: 11/11/2019
- CRAINE, K.; GOLDTHAU, A.; TOMAN, A.; LIGHT, T.; JOHNSON, S.; NADER, A.; RABASA, A.; DOGO, H. (2009). *Imported Oil and U.S. National Security*. Institute for 21st Century Energy. U.S. Chamber of Commerce.
- EGAN, Matt (2019). *Las sanciones de Trump a Maduro dejan a EU sin petróleo venezolano para refinar*. PortalExpansión. Disponível em: <<https://expansion.mx/economia/2019/02/20>>

- /las-sanciones-de-trump-a-maduro-dejan-a-eu-sin-petroleo-venezolano-para-refinar>
Acesso em: 10/10/2019.
- Federal Reserve Bank of Dallas (2019). *Breakeven Oil Prices Underscore Shale's Impact on the Market*. *Breakeven Oil Prices Underscore Shale's Impact on the Market*. Disponível em: <<https://www.dallasfed.org/research/economics/2019/0521>>. Acesso em: 09/04/2020.
- FRANCE 24 (Redação) (2020), *El Parlamento Europeo reiteró su reconocimiento a Guaidó como presidente interino de Venezuela*. Disponível em: <<https://www.france24.com/es/20200116-venezuela-guaid%C3%B3-parlamento-europa-1>>. Acesso em: 26/03/2020.
- GRAAUW, L.; MCCREERY, J.; MURPHY, B. (2015). *Capital productivity for oil and gas in a low-price environment*. Bain & Company. Disponível em: <<http://www.bain.com/publications/articles/capital-productivity-for-oil-and-gas-in-a-low-price-environment.aspx>> Acesso em: 16/10/2019.
- HERNANDEZ, Igor; MONALDI, Francisco (2016). *Weathering Collapse: An Assessment of the Financial and Operational Situation of the Venezuelan Oil Industry*. CID Working Paper No. 327 November.
- HROMADSKE INTERNACIONAL (2019). *Russia Wanted Ukraine in Exchange for Venezuela – Diplomat Fiona Hill in Congress*. Disponível em: <<https://en.hromadske.ua/posts/russians-wanted-ukraine-in-exchange-for-venezuela-diplomat-fiona-hill-in-congress>> Acesso em: 16/11/2019.
- INFOBAE (Redação) (2019). *Los nexos de Hezbollah en América Latina*. Disponível em: <<https://www.infobae.com/1969/12/31/1566409-los-nexos-hezbollah-america-latina/>> Acesso em: 11/11/2019.
- INFOBAE (Redação) (2020). *Guaidó cerró su gira europea exigiendo a los países aliados más acción para derrotar al régimen de Maduro*. Disponível em: <<https://www.infobae.com/america/venezuela/2020/01/26/guaido-cerro-su-gira-europea-exigiendo-a-los-paises-aliados-mas-accion-para-derrotar-al-regimen-de-maduro/>>. Acesso em: 26/03/2020.
- Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE) (2018). *Estrategia de Seguridad Nacional – Estados Unidos*. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Nacional/2017/Resena_US_Estrategia_Seg.Nacional_Dec2017.pdf>. Acesso em: 11/11/2019.
- LEHMANN, Timothy (2017). *The US Energy Complex: The Price of Independence*. Em: LEHMANN, Timothy (Editor). *Geopolitics of Global Energy: The New Cost of Plenty*. Lynne Rienner Publishers. Londres.
- LUFT, Gal (2009). *United States: A Shackled Superpower*. Em: LUFT, G.; KORIN, A. (Editores). *Energy Security Challenges for the 21st Century A Reference Handbook*. ABC-CLIO, LLC. Santa Barbara, California.
- MEIDAN, Michal (2016). *China's loans for oil: asset or liability?*. The Oxford Institute For Energy Studies. OIES PAPER: WPM 70. Dezembro.
- MILLARD, Peter; ZERPA, Fabiola (2019). *China aprovecha la debacle de Venezuela para quedarse con parte de la decadente industria petrolera*. Disponível em: <<https://www.infobae.com/america/venezuela/2019/08/08/china-aprovecha-la-debacle-de-venezuela-para-quedarse-con-parte-de-la-decadente-industria-petrolera/>> Acesso em: 15/01/2020

- MONALDI, Francisco (2018). *La implosión de la industria petrolera venezolana*. Portal Prodavinci. Disponível em: <<https://prodavinci.com/la-implosion-de-la-industria-petrolera-venezolana/>> Acesso em: 11/10/2019
- MORA CONTRERAS, J.; ROJAS, A.; FARGIER, M.; RAMIREZ, V.; VARGAS, G.; TONELLA, G.; NUÑEZ, C. (2017). Venezuela: Estado rentista, reparto y desigualdad 1999-2014. Em: PEÑA, Carlos (Compilador). *Venezuela y su tradición rentista: visiones, enfoques y evidencias*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Caracas: Universidad Central de Venezuela. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales Dr. Rodolfo Quintero.
- Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (2019). *OPEC Monthly Market Report*. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/images/content/publications/OPEC_MOMR_December_2019.pdf> Acesso em: 25/01/2020.
- PARRAGA Mariana; GUANIPA Mircely (2019). *Exportaciones crudo de Venezuela caen a mínimo de 2019 tras nuevo golpe por sanciones: datos*. Reuters. Disponível em: <<https://lta.reuters.com/articulo/venezuela-petroleo-exportaciones-idLTAKCN1VO2GA>> Acesso em: 16/11/2019.
- Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) (2016). *Informe de gestión 2016*. Caracas, Venezuela.
- ROUVINSKI, Vladimir (2020). *Russian-Venezuelan Relations at a Crossroads*. Wilson Center Latin American Program. Kennan Institute. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/publication/russian-venezuelan-relations-crossroads>>. Acesso em: 25/03/2020.
- REBOSSIO, Alejandro (2007). *Un fiscal de EE UU dice que Chávez financió la campaña de Kirchner*. El País de España. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2007/12/14/internacional/1197586811_850215.html> Acesso em: 25/01/2020.
- REUTERS (Redação) (2016). *Fiscal peruano dice que Hugo Chávez financió campaña de Humala*. Disponível em: <<https://lta.reuters.com/articulo/idLTAKCN0Z22WW>> Acesso em: 25/01/2020.
- _____ (2020). *China's 2019 annual crude imports set record for 17th year*. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-economy-trade-crude/chinas-2019-annual-crude-imports-set-record-for-17th-year-idUSKBN1ZD0CI>> Acesso em: 25/01/2020.
- RAVAL, Anjli (2020). *A tenth of oil production may become uneconomic*. Financial Times. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/dba82fa2-69c7-11ea-800d-da70cf6e4d3>>. Acesso em: 09/04/2020.
- RIOS Jeronimo (2017). *La Unión de Naciones Suramericanas y la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América: ¿Otra década perdida?* Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad. Vol. 12 N.º 2 - Julio-diciembre. Colombia.
- ROMERO, Carlos (2012). *La política exterior de Venezuela*. La respuesta de la oposición democrática. *Revista Nuevo Mundo*. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/62525>> Acesso em: 11/11/2019.
- SAMUELS, Richard (2020). *Carter Doctrine*. Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Carter-Doctrine>>. Acesso em: 06/04/2020.
- Schlumberger (2020). *Oilfield Glossary*. Disponível em: <https://www.glossary.oilfield.slb.com/en/Terms/t/tight_oil.aspx>. Acesso em: 06/04/2020.

- Securities and Exchange Commission (SEC) (2008). Modernization of Oil and Gas Reporting. Disponível em: <https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/711303/000104746909003560/a2192021zex-99_a.htm> Acesso em: 10/10/2019.
- SEMANA (Redação) (2019). *Gobierno de Colombia asegura que el 43% del ELN está en Venezuela*. Disponível em: <<https://www.semana.com/nacion/articulo/gobierno-de-colombia-asegura-que-el-43-del-eln-esta-en-venezuela/631534>> Acesso em: 10/11/2019.
- SMITH, Eric (2019). *Sanciones al petróleo venezolano podrían reducir la producción de las refinerías en EEUU*. Univisión noticias. Disponível em: <<https://www.univision.com/noticias/opinion/sanciones-al-petroleo-venezolano-podrian-reducir-la-produccion-de-las-refinerias-en-eeuu>>. Acesso em: 07/04/2020.
- TORRES FILHO, Ernani (2004). O papel do petróleo na geopolítica americana. Em: FIORI, Jose Luis (organizador). *O poder americano*. Editora Vozes. Petrópolis.
- US Energy Information Administration (2019). *Annual Energy Outlook 2019*. Disponível em: <<https://www.eia.gov/outlooks/aeo/pdf/aeo2019.pdf>> Acesso em: 10/10/2019.
- VIERMA, Nidhi; PARRAGA, Mariana (2019). *Exclusive: India's Nayara supplying fuel to Rosneft in exchange for Venezuelan oil—sources*. REUTERS Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-venezuela-oil-india-exclusive/exclusive-indias-nayara-supplying-fuel-to-rosneft-in-exchange-for-venezuelan-oil-sources-idUSKBN1WU2N7>> Acesso em: 24/01/2020.
- VISCINDI, Lisa; GRAHAM, Nate (2020). *REVIVING VENEZUELA'S OIL SECTOR: The Role of Western Oil Majors*. The Dialogue. Disponível em: <<https://www.thedialogue.org/analysis/reviving-venezuelas-oil-sector-the-role-of-western-oil-majors/>> Acesso em: 26/01/2020.
- YERGIN, Daniel (2008). *Energy Under Stress*. Em: CAMBEL, K.; PRICE, J. (2008). *The Global Politics of Energy*. The Aspen Institute. Washington, DC.